

ATIVIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL.

CERTIDÃO AMBIENTAL MUNICIPAL (CAM)

1 – Requerimento

Formulário no site da Prefeitura de Cantagalo na página da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SMMADS no Portal de Licenciamento.

2 – Documentos de identificação

Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.

Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.

3 – Documentos sociais

Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.

Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.

Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(is).

Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(is).

4 – CNPJ

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita

Federal no ano do requerimento.

5 – Declaração de microempresa (Form. 35) e Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)

Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.

6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)

RG e CPF do procurador constituído.

7 – Procuração pública ou particular (se for o caso)

A procuração particular deve ter a firma reconhecida.

8 – Termo de Responsabilidade

Formulário disponível no Portal de Licenciamento da SMMADS.

9 – Memorial descritivo da atividade

Breve relatório com a natureza do estabelecimento, número de funcionários por turno, relação dos serviços prestados, das matérias-primas empregadas e descrição sucinta do processo industrial ou de serviço. Se houver, também descrever resíduos líquidos industriais, resíduos sólidos e seu destino.

10 – Certidão de Zoneamento Municipal ou declaração (se for o caso);

11 – Comprovante de titularidade da propriedade:

11.1 IPTU; ou ITR; ou RGI; ou Escritura do Imóvel; ou Promessa de Compra e Venda registrada em cartório;

11.2 Contrato de locação, de comodato ou Carta de anuência do proprietário, para os casos em que a propriedade não esteja em nome do requerente;

12 - Recibo da Inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR

13 – Conta de Água ou Outorga para uso de recurso hídrico (se for o caso);

14 – Conta de luz (se for o caso);

15 – Certificado de Faixa Marginal de Proteção – FMP, (se for o caso);

16 – Cadastro Ambiental Rural – CAR, (se for o caso).

17 – Cópias do DAM e do comprovante de pagamento da taxa de licenciamento.

28 – Checklist da atividade;

19 – Enquadramento da atividade.

No Portal do Licenciamento estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações.

Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.

ATIVIDADE: PISCICULTURA

LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL DE INSTALAÇÃO (LAMI)

1 – Requerimento

Formulário no site da Prefeitura de Cantagalo na página da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SMMADS no Portal de Licenciamento.

2 – Documentos de identificação

Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.

Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.

3 – Documentos sociais

Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.

Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.

Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(is).

Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(is).

4 – CNPJ

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.

5 – Declaração de microempresa (Form. 35) e Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)

Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.

6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)

RG e CPF do procurador constituído.

7 – Procuração pública ou particular (se for o caso)

A procuração particular deve ter a firma reconhecida.

8 – Termo de Responsabilidade

Formulário disponível no Portal de Licenciamento da SMMADS.

9 – Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(is)

Cópia do Registro Profissional do(s) Responsável(is) Técnico(s) (se for o caso).

10 – Anotação de Responsabilidade Técnica do(s) profissional(is) responsável(is)

Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) - para biólogos (se for o caso).

11 – Planta de localização

Imagem do Google Earth do local com coordenadas geográficas.

12 – Certidão de Zoneamento Municipal ou Declaração;

13 – Comprovante de titularidade da propriedade:

13.1 IPTU; ou ITR; ou RGI; ou Escritura do Imóvel; ou Promessa de Compra e Venda registrada em cartório;

13.2 Contrato de locação, de comodato ou Carta de anuência do proprietário, para os casos em que a propriedade não esteja em nome do requerente;

14 - Recibo da Inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR

15 – Planta da propriedade, contendo;

15.1 Os limites;

15.2 A área do empreendimento.

16 – Projeto técnico do empreendimento;

17 – Outorga ou Certidão de Uso Insignificante de recursos hídricos;

- 18 – Conta de luz;
- 19 – Certificado de Faixa Marginal de Proteção – FMP, (**se for o caso**);
- 20 – Declaração informando o número de funcionários;
- 21 – Layout da atividade;
- 22 – Lista dos Produtos Químicos que serão utilizados na limpeza e sua forma de descarte após o uso , (**se for o caso**);
- 23 – Projeto para Implantação de Sistema Fossa, Filtro e Sumidouro para os casos onde não exista tratamento pela concessionária (NBR 7229) , (**se for o caso**).
- 24 – Cópias do DAM e do comprovante de pagamento da taxa de licenciamento.
- 25 – Checklist da atividade;
- 26 – Enquadramento da atividade.

No Portal do Licenciamento estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações.

Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.

ATIVIDADE: PISCICULTURA

LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL DE INSTALAÇÃO (LAMI)

1 – Requerimento

Formulário no site da Prefeitura de Cantagalo na página da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SMMADS no Portal de Licenciamento.

2 – Documentos de identificação

Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.

Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.

3 – Documentos sociais

Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.

Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.

Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(is).

Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(is).

4 – CNPJ

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.

5 – Declaração de microempresa (Form. 35) e Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)

Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.

6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)

RG e CPF do procurador constituído.

7 – Procuração pública ou particular (se for o caso)

A procuração particular deve ter a firma reconhecida.

8 – Termo de Responsabilidade

Formulário disponível no Portal de Licenciamento da SMMADS.

9 – Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(is)

Cópia do Registro Profissional do(s) Responsável(is) Técnico(s) (se for o caso).

10 – Anotação de Responsabilidade Técnica do(s) profissional(is) responsável(is)

Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) - para biólogos (se for o caso).

11 – Planta de localização

Imagem do Google Earth do local com coordenadas geográficas.

12 – Certidão de Zoneamento Municipal ou Declaração;

13 – Comprovante de titularidade da propriedade:

13.1 IPTU; ou ITR; ou RGI; ou Escritura do Imóvel; ou Promessa de Compra e Venda registrada em cartório;

13.2 Contrato de locação, de comodato ou Carta de anuência do proprietário, para os casos em que a propriedade não esteja em nome do requerente;

14 - Recibo da Inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR

15 – Planta da propriedade, contendo;

15.1 Os limites;

15.2 A área do empreendimento.

16 – Projeto técnico do empreendimento;

17 – Outorga ou Certidão de Uso Insignificante de recursos hídricos;

- 18 – Conta de luz;
- 19 – Certificado de Faixa Marginal de Proteção – FMP, (**se for o caso**);
- 20 – Declaração informando o número de funcionários;
- 21 – Layout da atividade;
- 22 – Lista dos Produtos Químicos que serão utilizados na limpeza e sua forma de descarte após o uso , (**se for o caso**);
- 23 – Projeto para Implantação de Sistema Fossa, Filtro e Sumidouro para os casos onde não exista tratamento pela concessionária (NBR 7229) , (**se for o caso**).
- 24 – Cópias do DAM e do comprovante de pagamento da taxa de licenciamento.
- 25 – Checklist da atividade;
- 26 – Enquadramento da atividade.

No Portal do Licenciamento estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações.

Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.

ATIVIDADE: PISCICULTURA

LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL DE OPERAÇÃO (LAMO)

1 – Requerimento

Formulário no site da Prefeitura de Cantagalo na página da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SMMADS no Portal de Licenciamento.

2 – Documentos de identificação

Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.

Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.

3 – Documentos sociais

Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.

Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.

Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(is).

Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(is).

4 – CNPJ

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.

5 – Declaração de microempresa (Form. 35) e Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)

Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.

6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)

RG e CPF do procurador constituído.

7 – Procuração pública ou particular (se for o caso)

A procuração particular deve ter a firma reconhecida.

8 – Termo de Responsabilidade

Formulário disponível no Portal de Licenciamento da SMMADS.

9 – Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(is)

Cópia do Registro Profissional do(s) Responsável(is) Técnico(s) (se for o caso).

10 – Anotação de Responsabilidade Técnica do(s) profissional(is) responsável(is)

Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) - para biólogos (se for o caso).

11 – Planta de localização

Imagem do Google Earth do local com coordenadas geográficas.

12 – Certidão de Zoneamento Municipal ou Declaração;

13 – Comprovante de titularidade da propriedade:

13.1 IPTU; ou ITR; ou RGI; ou Escritura do Imóvel; ou Promessa de Compra e Venda registrada em cartório;

13.2 Contrato de locação, de comodato ou Carta de anuência do proprietário, para os casos em que a propriedade não esteja em nome do requerente;

14 - Recibo da Inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR

15 – Planta da propriedade, contendo;

15.1 Os limites;

15.2 A área do empreendimento.

16 – Outorga ou Certidão de Uso Insignificante de recursos hídricos;

17 – Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal de Atividades Poluidoras (IBAMA), (se for o caso);

18 – Programa de monitoramento ambiental, (se for o caso);

De acordo com a CONAMA Nº 413/2009

19 – Conta de luz;

20 – Certificado de Faixa Marginal de Proteção – FMP, (se for o caso).

21 – Declaração informando o número de funcionários;

22 – Layout da atividade;

23 – Lista dos Produtos Químicos que serão utilizados na limpeza e sua forma de descarte após o uso (se for o caso);

24 – Contrato com a empresa que realizará a coleta dos resíduos gerados e que não são recolhidos pelo município, (se for o caso);

25 – Registro no Serviço de Inspeção Oficial (se for o caso);

26 – Relatório fotográfico da Implantação de Sistema Fossa, Filtro e Sumidouro para os casos onde não exista tratamento pela concessionária (NBR 7229) (se for o caso);

27 – Certidão do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, para os casos pertinentes (se for o caso).

28 – Se a empresa já estiver em funcionamento, deverá ser apresentado os Manifestos de Resíduos (se for o caso).

29 – Cópias do DAM e do comprovante de pagamento da taxa de licenciamento.

30 – Checklist da atividade;

31 – Enquadramento da atividade.

No Portal do Licenciamento estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações.

Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.

ATIVIDADE: PISCICULTURA

LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL PRÉVIA (LAMP)

1 – Requerimento

Formulário no site da Prefeitura de Cantagalo na página da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SMMADS no Portal de Licenciamento.

2 – Documentos de identificação

Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.

Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.

3 – Documentos sociais

Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.

Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.

Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(is).

Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(is).

4 – CNPJ

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.

5 – Declaração de microempresa (Form. 35) e Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)

Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.

6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)

RG e CPF do procurador constituído.

7 – Procuração pública ou particular (se for o caso)

A procuração particular deve ter a firma reconhecida.

8 – Termo de Responsabilidade

Formulário disponível no Portal de Licenciamento da SMMADS.

9 – Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(is)

Cópia do Registro Profissional do(s) Responsável(is) Técnico(s) (se for o caso).

10 – Anotação de Responsabilidade Técnica do(s) profissional(is) responsável(is)

Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) - para biólogos (se for o caso).

11 – Planta de localização

Imagem do Google Earth do local com coordenadas geográficas.

12 – Certidão de Zoneamento Municipal ou declaração (se for o caso);

13 – Comprovante de titularidade da propriedade:

13.1 IPTU; ou ITR; ou RGI; ou Escritura do Imóvel; ou Promessa de Compra e Venda registrada em cartório;

13.2 Contrato de locação, de comodato ou Carta de anuência do proprietário, para os casos em que a propriedade não esteja em nome do requerente;

14 – Recibo da Inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR

15 – Planta da propriedade, contendo;

15.1 Os limites;

15.2 A área do empreendimento.

16 – Anteprojeto técnico do empreendimento;

17 – Estudo ambiental do empreendimento;

Conforme Resolução CONAMA Nº 413/2009.

18 – Conta de Água ou Outorga para uso de recurso hídrico ;

19 – Conta de luz;

20 – Certificado de Faixa Marginal de Proteção – FMP, (**se for o caso**).

21 – Cópias do DAM e do comprovante de pagamento da taxa de licenciamento.

22 – Checklist da atividade;

23 – Enquadramento da atividade.

No Portal do Licenciamento estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações.

Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.